

INFORMATIVO

NOSSA VOZ

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ

FUNDADO EM:

19 DE NOVEMBRO DE 1993

30



Anos

de Lutas e Conquistas



EDIÇÃO ESPECIAL
19 de novembro
2023

EDITORIAL

30 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS!

A celebração dos 30 anos do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí é para nós, seus integrantes, uma celebração de lutas e conquistas no tempo de nossa atuação. No ensejo, nosso informativo toma uma versão especial para por em pauta as mais importantes e maiores conquistas do sindicato e dos servidores, desde sua fundação em 11 de novembro de 1993.

Em todos os seus movimentos de gestão, por diversas diretorias de lá para cá, as aprendizagens na política e gestão sindical foi se solidificando e aperfeiçoando suas ferramentas na experiência prática, construindo uma feição cada vez mais presente na municipalidade como entidade local, tornando-se para hoje uma instituição respeitada e reconhecida por seu capital simbólico, humano e estrutural.

As lutas realizadas e as grandes vitórias alcançadas são diversas, e seu registro foi sendo marcado da vida e trabalho dos servidores da administração pública municipal, atividades meio e saúde, profissionais do magistério e demais profissionais da educação, fazendo com que aquilo que atualmente se considera condições de trabalho e de salário digno seja fruto inequívoco da atuação continuada e qualificada dessa entidade e de seus colaboradores, sobretudo nos últimos anos.

Essas marcas podem ser elencadas no cotidiano dos servidores, mas aqui em nosso informativo especial dos 30 anos se manifestam em temas mais gerais naquilo que se fortaleceu e se tornou bem público e direitos dos servidores de modo geral, sejam sindicalizados ou não. No informativo, esses temas se organizam em páginas específicas, traçando um resumo expandido do que foi essa luta e essa conquista, como segue.

A implementação dos Planos de Carreira do magistério (2003) e das atividades meio e saúde (2014) bem como suas reformulações em 2010, 2022 (magistério) e 2023 (atividades meio, em andamento), são temas da primeira sessão e corroboram a ação sindical na valorização dos servidores em sua formação, carreira e melhorias salariais, bem como a proteção normativa/legal de seus direitos.

A segunda sessão desfila uma lista de conquistas de diversas categorias como pautas que se firmaram na história e que foram razão de sequenciados embates e negociações alongadas e que, por sua especificidades, decorrem de aperfeiçoamentos aos planos de carreira naquilo que em seu tempo de elaboração não conseguiu. Em seguida, uma das mais recentes e estratégicas ações encampadas pelo SINDSERPUMI em favor dos servidores, sobretudo os inativos, a saber a sustentação financeira do Instituto de Previdência (ICAPREV), é tratado com seriedade, apontando os avanços já estabelecidos e o que ainda estão por serem equacionados na luta por sua preservação.

O quarto tema discutido no informativo especial é a contextualização das lutas sindicais e o papel do nosso sindicato nesse ambiente socio-político-econômico em que vivemos e atuamos. Reflete sobre as dificuldades e oportunidades em que temos de fazer a luta com tantas realidades em curso e com projetos políticos que oscilam a favor ou contra nossa ação.

Por fim, nas últimas páginas evidenciamos o significado político e humano que o SINDSERPUMI construiu nesses trinta anos para a municipalidade e para os servidores, com todo seu patrimônio físico e capital político. Também se faz uma importante reflexão e resgate nas últimas páginas sobre um dos mais sérios problemas da nossa luta sindical local: a gestão de pessoal e a folha de pagamento nos diversos governos pelos quais passamos e negociamos.

O informativo, então, é celebrativo e memorial. Comemora e guarda as memórias. A publicação acompanha um conjunto de comunicações e informações veiculadas em redes sociais diversas e mídia oficial, feitas por todo o mês de novembro de 2023 e culminará no final de dezembro com evento comemorativo com todos os filiados, por ocasião da confraternização natalina, celebrando conjuntamente o dia do servidor e os 30 anos da entidade.

Que a maturidade da entidade se reflita na solidificação de mais conquistas e na busca de cada vez mais espaços de negociação e melhoramento das condições de formação, trabalho, salários e de vida com qualidade para todos os servidores municipais.

FICHA TÉCNICA



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE:

Francisco Celestino Cavalcante

VICE-PRESIDENTE:

Enock Douglas Roberto da Silva

SECRETÁRIO GERAL:

Marco Rubenio Braga

2º SECRETÁRIO GERAL:

Marcos Sérgio Carvalho Rebouças

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

João Francisco Rodrigues da Silva

2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Daniel Batista da Costa Silva

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Clotenir Damasceno Rabelo

2ª SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Francisco Alexandre da Cruz

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Maria de Lourdes Melo Damasceno

2º SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Elita Miranda de Souza

CONSELHO FISCAL:

Raimundo Nonato de Farias

Maria de Lourdes da Silva

Maria Bethania Mendes Araújo

Aldalena Fiúza Costa Moura

Najara Valente de Miranda



PLANOS DE CARREIRA

PCCR DO MAGISTÉRIO

A dinâmica da carreira dos professores e coordenadores pedagógicos de Icapuí, como é sabido, já impulsionou a reforma legal do Plano de Carreira dessa categoria em 2003 e 2010, adequando-o à realidade financeira municipal, ao esforço de valorização constante dos profissionais do magistério e às alterações legais do FUNDEF/FUNDEB, sobretudo. Mas nunca cuidou de adequá-los ao impacto no sistema de previdência.

Mantendo as intenções já realizadas nas reformas anteriores, tornou-se urgente e determinante reformar o PCCR do magistério incluindo, além de algumas questões pontuais, a preocupação com a sustentabilidade do ICAPREV e com o restabelecimento da carreira do magistério extinta pela Lei municipal 752/2018.

Com esses dois motes centrais, o SINDSERPUMI discutiu democraticamente em assembleias e realizou ajustes para adaptar o texto do PCCR (Lei 381/2003 e Lei 525/2010) às especificidades dessa categoria no momento atual, 12 anos após a última reforma, corrigindo desacertos e inserindo novos dispositivos legais sem ferir o princípio da valorização.

Mesmo não sendo uma reforma profunda, ela deu origem ao novo plano de carreiras do magistério, pela Lei nº 105/2022, em alinhamento às suas proposições, em especial restabelecendo a carreira e aperfeiçoando dispositivos importantes.

NESTES TERMOS, É FUNDAMENTAL ACENTUAR QUE OS PCCR'S NÃO SÃO PEÇAS CRISTALIZADAS, PELO CONTRÁRIO, DEVEM EM TEMPO CERTO, PERMITIR-SE QUE OCORRAM REVISÕES, ALINHANDO-OS À REALIDADE DOS RECURSOS HUMANOS E ÀS CONDIÇÕES DAS FONTES DE FINANCIAMENTO QUE OS MANTÉM.

Para reformar e implementar os PCCR's é urgente pensar nos impactos dessa reforma na previdência municipal.



PCCR DAS ATIVIDADES MEIO E SAÚDE

O sindicato, desde o ano de 2022, fez a discussão democrática e publicizada da reformulação do PCCR das atividades meio e saúde, partindo dos diversos questionamentos feitos ao texto atual desde sua aprovação e implementação em 2013 e 2014.

A reformulação foi conduzida pela diretoria com diversas assembleias, inclusive específicas só com essa categoria, disponibilizando o projeto de lei em todas as suas fases, para todos que desejassem contribuir com sugestões e ajustes, e discutindo continuamente com o jurídico do governo municipal, até concluir o texto final para encaminhamento à câmara municipal.

As alterações foram feitas aperfeiçoando e melhorando a carreira e estabelecendo ajustes e melhorias no tema da progressão horizontal e vertical, colocando alinhamentos possíveis nas regras com o PCCR do magistério, para tratamento o mais aproximado possível, no limite das especificidades dessas diferentes categorias. Também foram ajustadas as classes e suas referências em cada categoria, com correções e ampliações na carreira do pessoal de nível superior.

Depois da fase de discussão coletiva e aberta a todos, o texto foi corrigido em nível técnico e legal para apresentação à Câmara Municipal. Agora, mais qualificado e operacionalmente mais objetivo, o PCCR está por ser votado. Todos os envolvidos nessa tarefa e todos e todas que se prontificaram a acompanhar essa reformulação e contribuir são os grandes vencedores. Agora é transformar em prática de valorização do servidor.

8 PONTOS DE AVANÇO

LUTAS E CONQUISTAS QUE SE FIRMARAM NA HISTÓRIA



1

PISO DAS ENDEMIAS

Os ACE's e ACS's são, entre tantas, duas das categorias mais organizadas e que atingiram, em nível municipal o que, para nós enquanto instituição representativa, significa o ápice da valorização dos trabalhadores, a saber, a implementação do Piso Salarial (2 salários mínimos) com repercussão na carreira.



2

PROGRESSÕES

Uma boa notícia para todos nós servidores é que no percurso dos últimos cinco anos, as comissões de carreira, sob a orientação do SINDSERPUMI, tem alcançado elevados graus de conhecimento e capacidade de avaliação. Uma conquista que só beneficia e organiza o tratamento aos recursos humanos municipais.



3

PROVENTOS ACIMA DO SALÁRIO MÍNIMO

A partir de 2002, todos os servidores públicos efetivos de Icapuí, da categoria atividades meio e saúde, passaram a ter os seus proventos acima do salário mínimo nacional. A primeira referência da tabela salarial e da carreira de nível médio é sempre a maior que o salário nacional.



4

CONCURSOS

O SINDSERPUMI já acentuou sua luta e conquistas na realização dos concursos públicos de 2013 e 2021 (e a boa notícia da efetivação de novos servidores em diversas áreas, como um ganho sem medidas para a qualificação do serviço público municipal).



5

PL NÃO MÉDICOS

A reivindicação dos profissionais não médicos baseou-se na valorização de profissionais de saúde de nível superior cuja atuação e remuneração se encontravam aquém dos demais do mesmo nível e categoria. A negociação foi lenta e progressiva com o governo, sindicato e profissionais, e se finalizou com sua equiparação salarial com os demais, proporcional à carga horária pela Lei Complementar nº 086/2019.



6

FILIAÇÃO

Uma análise do perfil de filiação ao SINDSERPUMI mostra que do total de 610 efetivos contados na folha de julho, 289 são filiados, 47,38%, sendo 138 do magistério, com 107 filiados (77,54%), 115 atividade-meio da educação com 63 filiados (54,78%), 184 atividade-meio e saúde com 68 filiados (36,96%), 173 atividades meio administrativo operacional com 51 filiados (29,48%).



7

FORMAÇÃO

A secretaria de formação, além dos informativos, site com formação sindical, informação e formação específica e outros instrumentos de (in)formação, vem cumprindo a tarefa que se propôs: dar início a um processo formativo na direção de maior compreensão e atuação dos sindicalizados na organização e política sindical, capacitando para o engajamento nas lutas e gerenciamento das entidades, com vistas ao futuro de nossa entidade.



8

SALÁRIO DOS MOTORISTAS

Foram regularizados os dispositivos de valorização do trabalho em dedicação exclusiva de motoristas da saúde, sobretudo de ambulâncias e de pacientes, e do transporte escolar, atualizando seus vencimentos e normatizando estes dispositivos. Também foi uma negociação longa, em especial pela natureza das categorias envolvidas e pelos custos na folha de pessoal.

PREVIDÊNCIA

● ICAPREV: MUITO JÁ FOI FEITO, MAS AINDA FALTA...! ●

A municipalização da previdência em Icapuí se deu de fato em 1º de setembro de 1991, com efetivação de direito em 27 de janeiro de 1992 pela Lei Municipal nº 094/92, retroagindo os efeitos à lei/data anterior citada. Entretanto, em 31 de dezembro de 1992, houve uma nova alteração com a criação da caixa de aposentadoria e pensão - Lei nº 119/92 - sendo que em 16 de fevereiro de 1993 uma outra modificação se deu com a criação do Fundo de Seguridade Social dos Servidores de Icapuí - Lei nº 120/92 - que também retrocedeu seus efeitos a data da sanção e promulgação da Lei nº 094/92.

Ao analisarmos friamente o “emblemático” processo de criação da previdência dos servidores de Icapuí, não era difícil profetizar a condição que íamos nos encontrar depois de três (03) décadas de existências do ICAPREV. Ao se pautar pelo processo de idas e vindas (em termos de legislação) da sua criação, a situação financeira do Instituto de Previdências dos Servidores de Icapuí – ICAPREV, evidenciada há décadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI – definitivamente não é uma questão pontual, mas algo construído a partir do seu nascituro.

Não era possível se fazer uma intervenção efetiva e saneadora se não compreendemos todo contexto histórico, fazendo toda uma retrospectiva desde sua criação. A legislação finalizadora que instituiu o fundo de seguridade dos servidores do governo municipal de Icapuí se efetivou em 16 de fevereiro de 1993, através da Lei Nº 120/93 onde na SEÇÃO IV (dos recursos do fundo) e SUBSECÃO I, no o seu Art. 10 – indica o que são receitas do fundo:

- I - A contribuição dos servidores equivalente a 8% (oito por cento) da remuneração mensal;
- II – Contribuição do município, quando necessária, a título de complementação;
- III – Rendimentos de aplicação no mercado aberto.



PLANO DE CUSTEIO

Mesmo com todos esses esforços, ainda não é factível o saneamento do ICAPREV a longo prazo, ainda se faz necessário o plano de custeio que contemple além de uma alíquota suplementar do Ente, novas fontes de financiamento e autonomia da gestão do instituto de previdência dos servidores. Sem essas ações efetivas o ICAPREV continuará sob a égide da insolvência comprometendo toda a gestão municipal.

Constata-se que, a princípio, a legislação de criação do fundo de seguridade já nasce acéfala quanto à sua estabilidade financeira, visto o inciso II do Art. 10, que desobriga a municipalidade da contrapartida patronal. Pelo exposto, a criação do fundo se deu muito mais em função do incremento de caixa para as gestões, do que para efetivamente atender as perspectivas de uma melhor condição de aposentadoria para os trabalhadores.

Durante quase uma década, as receitas do fundo se deram apenas através da contribuição do servidor, e somente a partir de 2001, com base na Lei Municipal n. 330/2001, estabeleceu-se uma alíquota patronal de 8%, passando em 2005 a ser 11%, em 2007 para 12,07% e em 2018 estava em 14,35%. Criar um RPPS sem a devida contribuição patronal, definitivamente é apostar no seu insucesso. Essa peculiaridade nociva, acrescida de incompetência administrativa, má-gestões, contratação excessiva de terceirizados, falta de material técnico qualificado, concessão de reajuste e vantagens sem levar em conta a paridade e a integralidade, são partes de todos os desacertos acometidos ao ICAPREV no decorrer dessas 3 décadas.

Entretanto, não contavam com a atuação serena e qualificada da instituição representativa dos servidores, que percebeu a contento o desenho traçado para inviabilização do instituto de previdência, e buscou de forma propositiva construir caminhos que pudessem, a médio e longo prazo, devolver ao ICAPREV as condições inversas àquelas projetadas lá na sua gestação, a saber, a de não garantir aos aposentados e pensionistas o direito de receber os seus proventos em dia. A partir de março de 2017, o SINDSERPUMI se mobilizou, dialogando e debatendo saídas e proposições efetivas para sanar o déficit atuarial do ICAPREV, tarefa por demais espinhosa, mas que foi cumprida de forma satisfatória, sobre o risco de penalizarmos os servidores aposentados e pensionistas com sua inclusão na folha dos ativos bem como toda sociedade icapuiense.

Construímos junto aos servidores ativos o aumento da alíquota de 11 para 14% escalonada em 1% ao ano com início em 2019. Negociamos com o governo a execução do censo previdenciário que possibilitou ao ICAPREV fazer a compensação previdenciária, o aumento da alíquota patronal de forma escalonada em 1% ao ano para chega até 28% (atualmente em 22%), a realização do concurso público no final de 2021, a reforma da previdência com a taxação dos aposentados em 14% a partir de um salário mínimo, pagamento pelo Ente de todos aqueles em processo de aposentadoria até a homologação. E para a história da entidade, esse é um grande e sólido avanço!

“Todos têm direito de se enganar nas suas opiniões. Mas ninguém tem o direito de se enganar nos fatos.”

Bernard Baruch

PANORAMA ATUAL E SINDICATO

1

Os desafios de manter as conquistas

Os servidores públicos municipais de Icapuí gozam atualmente de uma situação bastante afortunada em termos de conquistas como se pode citar: plano de carreira para todos, com progressão vertical e horizontal, algumas categorias desfrutam de piso nacional, quinquênio, licença prêmio, parte do horário do planejamento dos docentes é para estudo/formação e todos os servidores efetivos têm proventos acima do salário-mínimo nacional.

Neste cenário citado acima, fica evidenciado que esse é um quadro próspero de conquista. Porém, há que se ressaltar que é muito preocupante as perspectivas para mantê-lo, quando se olha em volta as ameaças que os rodeiam. Não precisa uma luneta para identificar que essas ameaças (dentre outras) perpassam substancialmente pela falta de gestão de pessoal, que permite situações como: a concessão e pecúnia de licença prêmio sem a devida regulamentação, postergação de um plano de custeio do ICAPREV com autonomia na gestão e novas fontes de financiamento, regramento para redução de carga horária dos pais servidores, como também,

para cuidadores de crianças com necessidades especiais,, falta de legislação criteriosa para atestados médicos com perícia médica mensal e de uma assessoria jurídica específica para as questões de pessoal. Essas são apenas algumas das mazelas que colocam todas essas conquistas em perigo.

Se nada for feito a curto prazo no sentido de contingenciar esses percalços, não demorará a esses trabalhadores verem essas conquistas serem suprimidas por falta de lastro financeiro da municipalidade para garanti-las a contento. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí - SINDSERPUMI - tem contribuído em muito para a construção de saídas para essas questões, dialogando com os governos municipais, em campanhas salariais e em audiências específicas na direção da garantia dos direitos dos servidores municipais de Icapuí. O tom e os temas dessas intervenções vão desde os modos de organização de distribuição dos serviços públicos aos salários e condições práticas de trabalho. É preciso combinar boa gestão com baixo custo, para alavancar melhores serviços e mais investimentos.

2

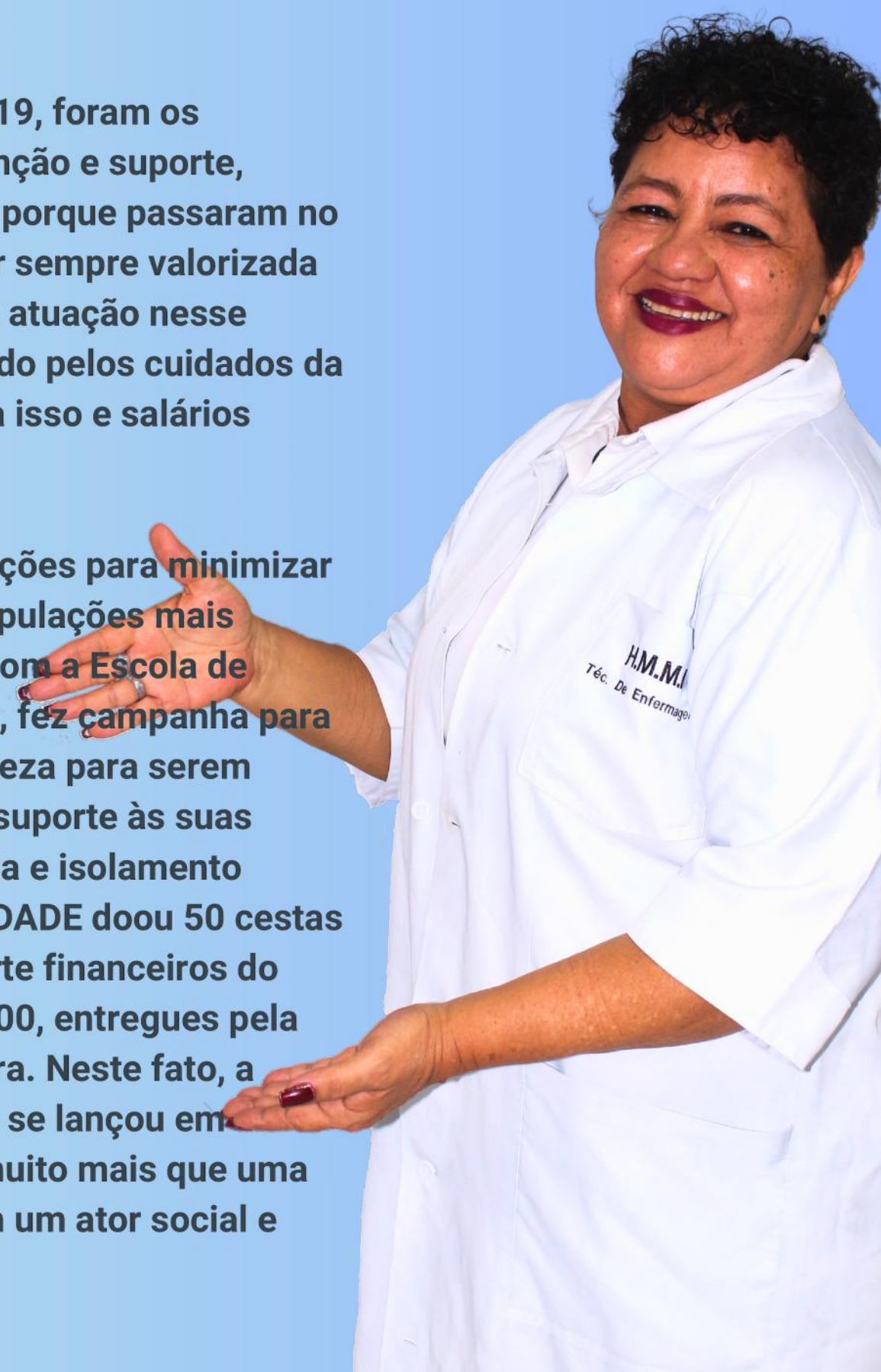
SINDICATO E PANDEMIA

No âmbito da pandemia entre 2020 e 2021, e do isolamento social requerido, o SINDSERPUMI pensou suas ações para dar apoio aos servidores municipais. No conjunto de frentes em atividades feitas pelo sindicato nesse período, a primeira ação a ser tomada pela entidade foi pensar na proteção dos profissionais de saúde de nosso município, e nesse sentido, articulando-se com a gestão da secretaria de saúde, garantiu, com recursos próprios, a aquisição e distribuição de 100 EPI's N95 (equipamentos de proteção individual), com um custo de R\$ 3.500,00, em suporte ao montante oferecido pela gestão municipal.

Nesse caso específico dos servidores da saúde, todos tiveram de março a outubro de 2020 um incremento nos vencimentos da BONIFICAÇÃO DA COVID de R\$ 250 reais mês, importando ao final num montante de meio milhão de reais. Dentro das categorias diversas na pandemia, muitas em constante atuação, para esta entidade, os profissionais

de saúde em linha de frente na COVID-19, foram os servidores que demandaram maior atenção e suporte, frente à situação de pandemia e riscos porque passaram no trabalho. Essa categoria haverá que ser sempre valorizada e reconhecida pelo seu compromisso e atuação nesse momento único e imprevisível, sobretudo pelos cuidados da gestão em lhes garantir condições para isso e salários condizentes.

Também na linha de frente de muitas ações para minimizar os impactos financeiros na vida das populações mais pobres, o SINDSERPUMI, em parceria com a Escola de Ensino Médio Gabriel Epifânio dos Reis, fez campanha para doações de itens alimentares e de limpeza para serem doadas às comunidades de Icapuí, em suporte às suas dificuldades nesse período de pandemia e isolamento social. A campanha SIND + SOLIDARIEDADE doou 50 cestas básicas, formadas por doações e suporte financeiros do SINDSERPUMI num custo de R\$ 2.500,00, entregues pela Paróquia de Icapuí e Associação Caiçara. Neste fato, a entidade superou sua tarefa principal e se lançou em tarefas sociais. De fato, o sindicato é muito mais que uma entidade de categorias afins, é também um ator social e político presente.



SINDSERPUMI

ESTRUTURA SIMBÓLICA E FÍSICA

O SINDICATO COMO ENTE POLÍTICO



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI - é fruto da organização dos trabalhadores no serviço público do nosso município, em sintonia com os anseios da classe e o intuito de melhor representar a luta de todos

Somos, se não a maior, a mais bem estruturada entidade de classe do município. Mas como não poderia deixar de ser, algumas dificuldades ainda persistem mas, apesar delas, a instituição cresceu e ganhou credibilidade. A credibilidade se dá por sua intervenção precisa nas políticas de gestão de pessoal e no seu suporte de questionamento constante aos governos diversos deste município e suas políticas.

Por estas ações, se geram formatos mais sólidos e tratamentos mais dignos, salarial e profissionalmente aos

servidores municipais, como pode ser visto nas conquistas firmadas via Planos de Carreiras e Salários, entre tantas historicamente constituídas.

A relevância da atuação do SINDSERPUMI se apresenta na visão ampliada de que a proteção aos servidores municipais, desde a justa entrada via concurso até sua aposentadoria digna e sustentável, são condições fundamentais para que o município possa prestar serviços qualificados à população e o município possa ser ofertante público desses serviços.

Como presença da instituição sindical, para além de uma entidade de luta de classe no âmbito local, o SINDSERPUMI vem travando nesses 30 anos de atuação, permanentes debates com os governos municipais, na direção de construção de políticas e práticas governamentais que, alinhando-se com o propósito de nenhuma perda de direitos dos servidores (que é patrimônio municipal), gerencie o município para seu desenvolvimento.

Tais debates e lutas superam, em muito, a mera luta por reajustes salariais que alguns sindicatos se limitam a fazer. Nosso sindicato, acima de tudo, vem sendo um agente político-social de alta significância para a municipalidade, ultrapassando sua tarefa de classe e sendo provedor de futuro para o município.

A ESTRUTURA FÍSICA DO SINDICATO

Os recursos levantados pelos Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí são aplicados em diferentes atividades de suporte ao sindicalizado, na administração e nos movimentos e publicações da entidade. Nos projetos que vinham sendo desenhados pela diretoria do sindicato nos últimos anos estavam presentes, em primeiro momento, a necessidade de se adquirir e instalar sede própria para a instituição, e em segundo, buscar as possibilidades de se iniciar a instalação de uma sede social para os sindicalizados e seu lazer. A partir de janeiro de 2015, fez-se a aquisição de imóvel situado na Rua Engenheiro Francisco de Assis, pelo valor de R\$ 90.000,00, com recursos próprios, instalando de forma mais efetiva a sede do sindicato.

Foi igualmente projetada e já iniciada desde meados de 2016, a construção da sede social do sindicato, desde a aquisição do terreno, situado à Vila Paraíso, na sede de Icapuí, com a dimensão de 70 m X 40m, no valor de R\$ 40.000,00, cujas obras de construção do muro de cercamento já foi realizada. Tendo sido prejudicado o projeto da sede social do sindicato já com terreno adquirido e murado, por conta do fim do imposto sindical na última reforma trabalhista, a diretoria optou em dar qualificação à sede administrativa, com a intenção de oferecer melhores condições de trabalho para os atuais e futuros gestores e de acolhimento dos sindicalizados.



No segundo semestre de 2021, a sede do sindicato passou por importante reforma, com destino à qualificação do espaço de gestão da entidade. Isso incluiu concentração das salas e setores de gestão num mesmo bloco administrativo, criação de espaço climatizado de encontros e assembleias (miniauditório), melhoria e ampliação de sanitários e cozinha, adequação de garagem e recepção, entre outras mudanças. . Na ocasião da festa do servidor, em 28 de outubro de 2021, a diretoria entregou a sede reformada e ampliada, com festejos e visitas ao local.

Para a direção do sindicato, é uma conquista conjunta, de todos, que traz benefício a cada um e também à coletividade. É, então, um patrimônio das diversas categorias que compõem esta entidade.

GESTÃO DE PESSOAL E FOLHA



O SINCRONISMO DA MESMICE

Há décadas que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI – alerta para as consequências danosas dos gastos desnecessários e excessivos com folha para a qualidade dos serviços públicos prestados à população, como também o comprometimento dos investimentos e na conservação da infraestrutura municipal.

Há que se ressaltar que a instituição sempre trouxe luz para todas as gestões por meio de ponderações embasadas de dados e de soluções plausíveis para contingenciar não apenas os recursos, como também a manutenção e ampliação dos serviços dentro do lastro financeiro da municipalidade. É importante frisar que todo esse “fenômeno” se perpetua nas entranhas de todas as gestões, tendo o seu cerne centrado nos mesmos “agentes” causadores, que vão desde pessoas que

percebem seus proventos sem prestar os devidos serviços, falta de planejamento, gratificações vultuosas, departamentalização dos serviços, até o famigerado empreguismo.

É bem verdade que avançamos bastante em algumas pautas como a valorização dos servidores e a melhoria na solvência do ICAPREV e, concursos públicos. No entanto, vícios crônicos entranhados nas gestões municipais têm resistido ferozmente aos olhos dos poderes constituídos, mesmo sob todos os alertas e ponderações da instituição sindical. Tanto o poder executivo como o poder legislativo tem, não apenas se furtado de se debruçar sobre questões de folha, como também de outras questões não menos importante para a sociedade icapuiense.

Em todas os nossos questionamentos e

apontamentos temos alertado para as consequências vertiginosas para o não tratamento de questões como o plano de custeio do ICAPREV com novas fontes de financiamento, além de outras várias sugestões possíveis e capazes de não apenas aprimorar de forma significativa os gastos com folha, mas de possibilitar à municipalidade a capacidade financeira de custear melhor e investir mais (ampliação) nos serviços públicos ofertados à população. É preciso se furtar de gastar os recursos públicos ao sabor do vento, por intuição, muitas vezes, por interesse político-partidários ou eleitorais sem planejamento. Compromisso social perpassa por limite fiscal.

Celestino Cavalcante –
Presidente do SINDSERPUMI

LICENÇA PRÊMIO: O “DIREITO” DA FORÇA, SUPERANDO A FORÇA DO DIREITO”.

A licença prêmio contida na Lei 094/92 - Regime Jurídico Único (RJU) - SEÇÃO VI - DA LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE - Art. 87 - que cita que *após cada quinquênio ininterrupto do exercício, o servidor fará jus a 3(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo*, tem se tornado ao longo do tempo um dos fatores (dentre outros) de esgarçamento das finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, visto a falta de uma regulamentação a contento na sua concessão e/ou pecúnia.

No final de 2019, ano do último levantamento feito pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI, as informações davam conta de

aproximadamente 800 licenças vencidas (número esse dado pela falta de regulamentação). Esse número, multiplicado por 3 meses, importa num total de 2.400 meses para um número aproximado de 600 servidores. Isso possibilita a todos esses servidores passarem 4 meses e 10 dias em casa recebendo seus proventos como se trabalhando estivesse. Na época (em 2019) esse “benefício” para todas as 800 licenças importava uma bagatela de aproximadamente 9 milhões de reais.

É bem verdade que o cerne do problema não está no benefício em si, visto que, na teoria, a licença prêmio é uma conquista que permite a municipalidade bonificar o servidor assíduo, aquele de excelência, como também estimular as boas práticas no servir ao público. O problema é que sem a devida regulamentação, o que era para ser uma exceção virou um desregramento total. Atualmente, servidores que nem prestam o devido serviço ao erário público, que estão cedidos a mais de décadas a outros municípios, que passam anos a fio de atestados médicos, fazem jus a licença prêmio como se assíduo fossem.

O SINDSERPUMI há muito vem questionando essa situação, inclusive debateu e construiu junto ao jurídico da PMI um decreto com a regulamentação, que de forma mesmo tardia saneava essa questão. Porém, não houve por parte do governo a devida atenção, no sentido de publicar o decreto estancando essa sangria nos cofres públicos, em especial nos gastos com folha que estão muito acima do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).